

# CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Acta da Reunião de 24 / 04 / 2014

---

Acta n.º 10 destinada a:

---

---

---



**ATA N.º 10**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e catorze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal tendo estado:

**PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS**  
**VICE-PRESIDENTE ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS**  
**VEREADORES JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA**  
**PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS**  
**JOÃO LUÍS TELHA DA SILVA**  
**SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS**  
**JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO**

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 09 H 40.

**1. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1. Período da ordem do dia**

**1.1 - Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2013**

**Doc. 52/14**

Presentes os documentos de prestação de contas do ano 2013 que incluem:

- Relatório de Gestão (incluindo transferência do Resultado Líquido do Exercício)
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de Execução Orçamental
- Anexos às demonstrações Financeiras
- Anexos de acordo com LCPA



- Mapa de Inventário (Anexo);

Tomou a palavra o **Presidente** ressaltando o caráter impar do exercício de 2013, pois, decorrente das eleições de 29 de setembro, contou com dois executivos diferentes, dez meses da CDU e dois meses do novo executivo. Afirma que no contexto económico a situação se manteve semelhante aos anos anteriores, com grandes dificuldades, em parte, por causa da diminuição das receitas. Além disso, os 2 milhões de euros do saneamento financeiro, com a aprovação no final do ano de 2013, processo que vinha já do passado, influenciaram muito as contas. Destaca as receitas, que sem o Saneamento Financeiro apresentam menos 1 milhão de euros relativamente a 2012, o que é uma situação preocupante, sendo menos cerca de 0,5 milhão de euros de receitas correntes. Refere que as taxas de execução aumentaram no final do ano, face às verbas do saneamento financeiro, uma vez que se fala de despesas pagas, apresentando-se taxas de execução muito acima do que era habitual. As despesas correntes são superiores às receitas correntes, o que é uma preocupação, que o executivo está a acompanhar já este ano, até face à nova Lei das Finanças Locais. Por último refere que, sendo certo que o voto mais expetável de todos seria a abstenção, uma vez que as contas não refletem na íntegra a execução de um só partido, ressalva que os presentes documentos não são aprovados se não houver votos favoráveis. Como tal, apela ao sentido de responsabilidade de todos os membros da Câmara Municipal, afirmando desde logo que, se quem liderou durante mais tempo a Câmara Municipal (10 meses) não o fizer, fá-lo-á ele por uma questão de princípio e de responsabilidade, face às consequências que possam advir para a Câmara Municipal.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que, ainda bem que o Presidente coloca esta última questão, pois os Vereadores da CDU entendem que o relatório de atividades poderia ser separado das contas, quer na discussão, quer na votação, ainda que a Lei não o exija. Apresentou de seguida a seguinte declaração escrita que leu : “A reunião extraordinária da Câmara Municipal, reunida a 24 de Abril de 2014, debruçou-se de entre outros pontos, sobre os “Documentos de Prestação de Contas do Ano 2013”, cuja responsabilidade da sua elaboração politicamente é exclusiva da atual maioria do executivo municipal PS/PSD. Ainda que a atual Lei 75/2013 não exija, no âmbito das competências atribuídas à Câmaras Municipais, a separação da discussão do Relatório de Atividades da Prestação de Contas, os vereadores da CDU, entenderam apresentar a proposta no sentido de tal vir a ser considerado. Tal não foi considerado, pelo executivo municipal, quando na verdade, a proposta fazia todo o sentido na medida em que os referidos “Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2013”, comportam responsabilidades de Gestão



de 10 meses da CDU e 2 meses da governação PS/PSD, após as eleições ocorridas em 29 de Setembro de 2013. Em face do exposto importa relevar: Ainda que a Lei não exija, e a isso o atual executivo não está obrigado, seria política, ética e deontologicamente correto que, democraticamente, a força política que esteve à frente dos destinos da gestão municipal durante os primeiros 10 meses do ano 2013 tivesse previamente sido ouvida. Assim não entendeu o executivo PS/PSD. Isto porque na verdade, lendo o documento que nos é presente, verificamos, e é nossa opinião, que existe de forma politicamente premeditada, omissões, enviesamentos, distorções na redação dos referidos documentos, eivadas de preconceitos ideológicos. Com efeito, por detrás de uma “aparente crítica” às políticas que têm posto em causa a autonomia política, administrativa e financeira da Administração Local, o atual executivo esconde as responsabilidades tanto dos Governos PS como PSD com ou sem CDS sobre tais políticas de ataque frontal ao Poder Local Democrático, saído do 25 de Abril. Bastará observar: o caso da Lei das Finanças Locais, para constatar tais responsabilidades quando a Lei 2/2007, aprovada em finais de 2006, que a par de outras medidas aplicou uma redução do montante global do financiamento dos Municípios passando de 30,5% (média aritmética do IRS, IRC e IVA), para 25%, um corte de 408 milhões de euros e agora (Lei 73/2013) que reduz em termos financeiros (a participação nos impostos do estado - PIE) para 18,5%, ou seja um corte de mais de 500 milhões de euros. Sem contar com os congelamentos intermédios do aumento de transferências a “zero”, 2006 e 2007, e os PECs I, II e III e OE 2012/ 2013 (Memorando da TROIKA), ou seja só no período de 2006 a 2013 os Municípios tiveram uma perda acumulada de 1.100 milhões de euros, dos quais 6,5 milhões atingiram o Município de Vendas Novas em tal período. Por isso, não compreendemos que num Relatório de Prestação de Contas de 2013, em que no último mandato o executivo da CDU tenha denunciado tal ofensiva contra o Poder Local e contra o Município de Vendas Novas, venham agora os eleitos do atual executivo, membros, militantes, ativistas e simpatizantes do PS e PSD, falar-nos em “Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício” (página 30), para nos trazer à liça, os impactos da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, quando a mesma só entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014 e quando sempre que a CDU denunciou, situações idênticas no passado recente, tanto o PS como o PSD, sempre estiveram do lado de lá da “barricada” ou seja, do lado seus Governos e suas políticas. Por isso, ainda menos entendemos, que antes os impactos das medidas políticas dos Governos na vida do município de Vendas Novas e a População do nosso Concelho, não tinham razão de ser, segundo os atuais



LE  
#

eleitos do executivo, como se Vendas Novas, vivesse numa “redoma de vidro”. E agora já passaram a ter! Por outro lado, por detrás, de sucessivos meses, de uso da “falácia de que o Município de Vendas Novas estava na banca rota”, escondem-se os partidos do atual executivo, dos impactos das suas políticas e agora procuram igualmente subverter e omitir o facto de que associado “ao sempre e constante efeito do “saneamento financeiro” na execução do Orçamento. Por detrás, do enfatizado saneamento financeiro (ao longo da introdução política do documento da prestação de contas) existe um Plano de Consolidação Orçamental que aprovado pelos órgãos do Município em Maio de 2013, foi o instrumento estrutural que demonstrava que o Município vivia uma situação financeira conjuntural e que só assim o Tribunal de Contas, depois de aprovado o referido Plano de Consolidação Orçamental, deu autorização ao “empréstimo bancário de 2 milhões de euros” para não só cumprir com a LCPA (pagar-se aos fornecedores e outros agentes), como o Município passar a ter mais tempo para fazer os ajustamentos estruturais (12 anos), que os chamados acordos de pagamentos de 5 anos impostos por tal Lei não asseguravam e visavam, não mais, do que, atacar a autonomia do Poder Local Democrático. É neste âmbito que importa referir que, por detrás da situação de endividamento a 31 de Dezembro de 2013. Em que os limites de tal endividamento são idênticos aos do 3º Trimestre (Setembro de 2013), quando o executivo da CDU terminou o seu mandato, verificamos no entanto que segundo os dados do 4º trimestre (já parte da gestão do atual executivo) que os limites: (contrariamente ao que tinha acontecido entre o 2º e 3º trimestre), do endividamento líquido, decresceu em 400 mil euros, ou seja passou de 1,9 milhões no 3º Trimestre (Setembro 2013) para 1,5 milhões de euros; o endividamento a Médio e Longo Prazo decresceu cerca de 2 milhões euros, passou de 3,1 Milhões para 1,2 Milhões de euros. Isto para dizer, que sendo a situação financeira do Município conjuntural (só não cumpria o prazo médio de pagamentos), só esta situação possibilitou (de haver de médio e longo prazo uma margem num valor superior a 3,1 milhões de euros), “o referido saneamento financeiro”, porque a situação financeira era conjuntural e não estrutural, e que se assim não fosse não teria sido possível ser aprovado o Plano de Consolidação Orçamental pelo Tribunal de Contas. E não podemos aceitar que o atual executivo, a propósito de tais “limites”, venha trazer à liça a situação da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas para justificar o injustificável das consequências das políticas dos Governos PS e PSD, não só o Poder Local, como também para a economia, porque na verdade embora o passivo do Parque possa ser preocupante (nomeadamente a dívida à Banca), o executivo não pode esconder, os resultados líquidos positivos dos exercícios



de 2012 e 2013 e que o património da SPIVN (avaliado pela Banca onde tem um empréstimo), é superior, à dívida que para com ela tem, em mais de 2 milhões de euros. Por isso, trazer a influência desta situação, nas margens do endividamento, não pode também esconder o facto de, o executivo da CDU ter abdicado (no âmbito da subvenção global do QREN) em mais de 1 milhão de euros para que os 15 hectares do PI fossem infra-estruturados e qualificados. E desse modo terrenos rústicos, com menor valor, passarem a ter um valor patrimonial mais elevado à SPIVN. E por fim, dizemos, que consideramos de uma falta de ética institucional e de desrespeito político a forma e o modo como é descrito, no capítulo das Funções Gerais – Órgãos Autárquicos – Composição e Competências, o item sobre a composição do Executivo no Mandato de 2009-2013. Homens e Mulheres, que durante 10 meses do ano de 2013, foram responsáveis do Município são puramente “omissos”, do documento, por razões de ordem de “chicana política” que só pode caracterizar a personalidade de quem tomou tal opção política, quanto à forma como tal item é descrito”. Quanto às contas, afirma que os Vereadores da CDU não têm nada contra as contas apresentadas.

Tomou a palavra o **Presidente** dizendo que foi feito um esforço para elaborar os Documentos de Prestação de Contas da forma o mais consensuais possível, para que toda a gestão se sentisse confortável com os mesmos. Repudia as acusações e não aceita a acusação de falta de ética política vinda do Vereador José Figueira, por aquilo que já foi falado no passado. Informa que não pode ser feita a separação das atividades e contas, pois as contas são reflexo das atividades. Afirma que estes documentos nunca foram votados de outra forma, pelo que se o Vereador José Figueira entende que deveria ser assim, deveria ter adotado esse procedimento no passado. Reconhece que há condicionantes à votação, pelas eleições, mas os documentos refletem integralmente as atividades e as contas de 2013. Quanto ao Relatório de Atividades e às omissões que o Vereador José Figueira referiu, afirma que não é verdade que se escondem os impactos das decisões do Governo e disseram muitas vezes na Assembleia Municipal que não concordavam com os cortes, considera, contudo, que a gestão deve ser feita com o que se tem e não com o que se entende que se devia ter. Também é verdade, e não foi colocado nos documentos, que a culpa a que se chegou é de quem não soube gerir, porque não era gestor. Quanto à Lei 73/2013, refere que o que se diz na análise técnica, é que existe um problema que tem de ser corrigido no futuro. Também é dito que, por exemplo, os documentos estratégicos terão de ser preparados com mais tempo. Em relação ao saneamento financeiro, é óbvio que ele tem associado um Plano de



CR  
#

Consolidação Orçamental, afirmando que nem poderia ser de outra forma. Agora estar a pagar almoços e jantares com um empréstimo a 12 anos, não lhe parece que seja boa gestão. Informa que o que o executivo fez foi garantir que a Câmara Municipal não fosse prejudicada e fez num mês o que o Vereador José Figueira não conseguiu fazer. Quanto ao problema ser de tesouraria ao comparar as despesas correntes com as receitas correntes, constata-se que existe um problema de sustentabilidade, pois verifica-se que 54 % das despesas correntes são com despesas de pessoal, o que obriga o executivo a tomar medidas. Informa que o Relatório de Atividades foi integralmente feito pelos funcionários do Município, pois o que conta foi o que os serviços realizaram e como não mudaram do passado para agora, o executivo entendeu que deveria continuar a confiar nos mesmos. Repudia completamente as acusações que foram feitas. Refere que a composição dos executivos até às eleições vem de 2009, e como tal só refletiam as alterações verificadas. Quanto à Sociedade do Parque Industrial, questiona o Vereador José Figueira como é que este sabe que o resultado líquido do exercício é positivo, se as contas não forem aprovadas.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que na bancada da CDU, está o antigo Presidente, a pessoa que escondeu o processo do IGF, e quem vem agora falar de falta de moral institucional e acusar de preconceitos ideológicos. Refere que o Vereador José Figueira disse numa Assembleia Municipal que não era gestor e realmente isso confirma-se, pois, por exemplo, nos 10 meses de 2013, tinha uma média mensal de gastos em comunicação de 3.600 € e o presente executivo ainda em 2013 baixou para 3.036 € e nestes primeiros meses de 2014 para 2.800 € e brevemente irá possivelmente passar a gastar 1.000 € com todas as comunicações e em combustível irá gastar à volta de 1.000 € a menos por mês do que anteriormente se gastava. É verdade que se calhar o presente executivo procura ser mais gestor do que político. Em relação aos gastos supérfluos, afirma que o executivo ao qual o Vereador José Figueira pertencia, e só o executivo, gastou 3.821 litros de gasóleo com 53635 km em 10 meses e o presente executivo gastou 495 l e fez 7969 km em 5 meses. Sobre a Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, afirma que o Vereador José Figueira deixou o Parque Industrial num estado lamentável e o presente executivo está a tentar parar a sangria. Refere que o Vereador José Figueira deveria ter a coragem de publicar isso, para as pessoas perceberem as duas caras que tem. O Vereador, no anterior mandato, recusou-se muitas vezes a responder a perguntas diretas que lhe eram feitas na Assembleia Municipal, e no presente mandato não lhe foi recusado nada do que pediu.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

LD  
#

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** referindo que, em relação ao que perguntou o Presidente sobre o resultado líquido do exercício da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, deve saber que a meio de qualquer gestão o Conselho de Administração tem um cenário de expectativa para o exercício e em junho de 2013 era espetável haver um saldo positivo do exercício. Quanto às outras questões, afirma que falou em nome da CDU, não tendo personalizado quem quer que seja e tendo falado no executivo. Assume, enquanto ex-Presidente, as responsabilidades políticas perante a população de Vendas Novas. Informa que não irá responder às questões de ordem pessoal. Afirma que, sendo um país democrático, a oposição pode fazer as leituras que entender e não a leitura que o restante executivo entende que deve fazer. Refere que a CDU tomará a decisão que entender sobre esta matéria depois do debate que está a ser feito na presente reunião. Acrescenta que a parte técnica das contas não lhe merece contestação e o que disse foi sobre a parte da introdução do documento que é política. Sobre o Saneamento, afirma que quem ler o documento até pensa que não há Plano de Consolidação, acrescentando que os juros de mora para pagar a fornecedores são atualmente de 7 % e já foram superiores, por isso os juros que se pagam do Saneamento Financeiro comparados com os juros que se pagariam aos fornecedores, são inferiores. Acrescenta que face ao PAEL, o Município de Vendas Novas optou pelo Saneamento Financeiro. Sobre a conclusão do Saneamento Financeiro, refere que, como é óbvio, a partir das eleições não podiam negociar com o BES e foi por isso que o processo foi concluído pelo novo executivo. Refere que há Municípios que foram ao PAEL II e que ainda não receberam um tostão, nem vão receber. Afirma que quando se tomam decisões, tomam-se sempre com a convicção que se está a fazer o que é melhor para os munícipes, e que se não fosse assim o Tribunal de Contas não teria aprovado o Saneamento Financeiro.

Interveio o **Presidente** afirmando que, em relação à Sociedade do Parque Industrial não se quer alongar mais, mas a verdade é que para além da difícil situação da Câmara Municipal, há a somar o passivo da Sociedade do Parque Industrial de cerca de 1,5 milhões de euros, que se tem de refletir nas contas. Quanto à pessoalização, afirma que o Vereador José Figueira é o único da atual Bancada da CDU que veio do anterior executivo. Sobre a acusação de falta de ética, refere que não devemos fazer acusações quando se tem problemas maiores. Sobre os juros de mora, refere que, de facto os juros de mora dos pagamentos a fornecedores são maiores que os do Saneamento, mas o problema é que não deveriam existir, nem uns nem os outros, quando se fala de dívida como almoços e jantares. Afirma que mais do que analisar o Saneamento Financeiro, deve





analisar-se o que levou ao mesmo. Afirma que se a gestão fosse rigorosa no passado, nunca teria sido necessário um Saneamento Financeiro. Se há Câmaras Municipais com muitas dificuldades, também há muitas que têm excelentes condições financeiras, independentemente das forças políticas, pois as pessoas são mais importantes que as forças políticas. Refere que o executivo teve o cuidado de não colocar esta questão no documento, para que o mesmo fosse o mais consensual possível. Se a situação fosse apenas passageira, a liquidez imediata não seria de 34 %, nem com o Saneamento Financeiro, mas o executivo está mais preocupado com o futuro do que com o passado e não sendo a situação financeira do País melhor que no ano passado, o executivo irá adaptar-se ao que existe.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** afirmando que é bom não se esquecermos que houve, inclusive um Orçamento de Estado Intermédio que retirou verbas aos Municípios que não eram espetáveis, podendo ver-se o que aconteceu com os PEC's. É dito que tem de haver adaptação, mas não se pode alterar o jogo a meio, sendo que houve alterações de regras todos os anos. Afirma que as decisões de alterar os estudos organizacionais não se fazem de um dia para o outro como se fazem as decisões que constam nos PEC. Quando se fala de Troika interna é de Administração Central em relação à Administração Local.

O **Presidente** afirma que se houver alterações a meio do mandato, o executivo terá que adaptar o seu orçamento e os seus compromissos para com terceiros. Reconhecendo que os condicionalismos impostos foram muitas vezes injustos, mas o que é certo é que nunca foi feito o devido ajustamento e o planeamento necessário para se adaptar a estas alterações.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções do Presidente e dos Vereadores Ana Barros, João Telha e Joaquim Soeiro, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013, submetendo os mesmos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**

O **Vereador José Figueira** apresenta a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores da CDU, estando impedidos de votar em separado o Relatório de Atividades dos restantes Documentos da Prestação de Contas, fazem a seguinte declaração de voto: na assunção das suas responsabilidades ao longo dos dez meses de mandato de que foram responsáveis, declaram que no que respeita à parte técnica e financeira do referido documento, devidamente elaborado, dariam, como deram o seu voto favorável, reconhecendo e louvando a capacidade técnica dos funcionários e trabalhadores do Município de Vendas Novas. Já no que respeita à parte do relatório político das



atividades, caso a votação tivesse sido feita em separado, votariam contra o mesmo. Por isso, só a salvaguarda dos interesses das populações, o respeito pelo trabalho dos eleitos de todas as forças políticas do anterior mandato e o reconhecimento do trabalho e dedicação dos trabalhadores da Câmara Municipal, nos leva a não votar contra o Relatório de Gestão e Contas de 2013, dando o nosso voto favorável”.

### **1.2 – 2.ª Revisão ao Orçamento, PPI e PAM**

**Doc. 53/14**

Presente a 2.ª Revisão ao Orçamento, PPI e PAM.

Tomou a palavra a **Vereadora Sílvia Santos** referindo que existe um reforço de 10.000 € em aquisição de viaturas (locação financeira).

O **Presidente** informa que tem a ver com uma possível aquisição de um veículo de RSU.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** informando que tem a ver não só com o veículo de recolha de RSU, mas também com o limpa coletores.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento, PPI e PAM, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**

### **1.3 – Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Landeira**

**Doc. 54/14**

Presente Proposta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Landeira.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que não existindo acordo de execução, tal como já tinha informado, o assunto virá à próxima reunião. Tendo em conta que a Freguesia de Landeira está mais afastada, o executivo entendeu que seria importante a delegação de competências na respetiva Junta. Quanto ao protocolo com a Freguesia de Vendas Novas, entenderam ambas as partes que nesta fase não se justifica a delegação de competências.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que, em relação à dívida à Junta de Freguesia de Vendas Novas, ou o documento não é claro ou então não faz sentido.



O **Presidente** informa que o que está em acordo de pagamento não é dívida, é um compromisso assumido.

**A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**

**1.4 - Protocolo de Colaboração entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Vendas Novas** **Doc. 55/14**

Presente Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Vendas Novas.

**A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**

**1.5 – Revisão do Acordo de pagamentos com a Agda - Águas Públicas do Alentejo, S.A.**

**Doc. 56/14**

Presente proposta de revisão do acordo de pagamentos com a Agda - Águas Públicas do Alentejo, S.A.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de revisão do acordo.**

**2. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público**

Interveio o **Sr. Fernando Santos** referindo que, sendo o presente dia um dia especial, véspera do 25 de Abril, pensa que é um golpe profundo não haver um desfile do 25 de Abril. Afirma que estaria disposto a ir a Lisboa participar no desfile se não tivesse problemas de saúde. Não quer dizer que não reconheça que não haja iniciativas, mas o desfile era um marco e julga que mesmo os custos que a tinha, eram justificados. Entende que não estamos condenados a não nos entendermos, o futuro faz-nos este desafio e todos somos necessários. Afirma que participou numa reunião aberta a toda a gente, para fazer um jantar comemorativo que vai decorrer no dia 25 de Abril e que é aberto a toda a gente. Tentará participar em todas as atividades do 25 de Abril, pois considera que esta data tem de ser comemorada na rua com toda a população, e tem de estar nos nossos corações para acabar com as desconfianças.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que tem todo o respeito por todas as diferenças que existem, acrescentando que o desfile não é feito, por um lado por uma questão financeira e por outro lado porque irá realizar-se um conjunto de iniciativas alternativas que pensa que irão corresponder ao que o 25 de Abril merece. Temos pela primeira vez um monumento ao 25 de Abril, para lembrar às futuras gerações o que representa esta data. O executivo entende também que o desfile tinha cada vez menos adesão por parte da população. Informa que se realizará um conjunto de iniciativas diversas, para as quais o executivo convida toda a gente a participar.

### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi aprovada, por unanimidade.

### FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

### CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 11 H 35 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2014.

**O Presidente da Câmara Municipal**

**O Chefe da DAF**

Vendas Novas, 24 de abril de 2014



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unânime, na reunião realizada em **01/10/2014**.

com a abstenção do Senador Elsa Caeiro, que vintade de vez não participou no referido reunião.

**O Presidente**

Liliana

**Os Vereadores**

Ana Carla Arranja M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

Arbano

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

J. M. Marques B. Soeiro